MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 425/93

de 24 de Abril

Para cumprimento dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo de 30 de Maio e de 19 de Dezembro de 1989, torna-se necessário alterar o quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 136/83, de 21 de Março:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, aprovado pela Portaria n.º 289/88, de 9 de Maio, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 493/89, de 3 de Julho, 908/89, de 17 de Outubro, 1111/91, de 28 de Outubro, 345-G/92, de 14 de Abril, e 1180/92, de 22 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 301/89, de 4 de Setembro, é acrescido de seis lugares da carreira de auxiliar de serviços gerais e abatido do mesmo número de lugares da categoria de servente.

2.º Os lugares criados pela presente portaria serão preenchidos pelos funcionários a que respeitam os Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo de 30 de Maio e de 19 de Dezembro de 1989.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 25 de Março de 1993.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Luís Campos Vieira de Castro*, Secretário de Estado da Segurança Social.

Portaria n.º 426/93

de 24 de Abril

O Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, estabelece medidas que visam a racionalização e o pleno emprego dos recursos humanos da Administração Pública, através de mecanismos de mobilidade de pessoal e de descongestionamento de efectivos a aplicar aos

funcionários e agentes que venham a ser considerados disponíveis.

1. Identifica o mesmo diploma as situações que podem dar origem à disponibilização do pessoal, sendo uma delas a alteração de quadros de pessoal em resultado do seu desajustamento qualitativo e ou quantitativo relativamente às necessidades permanentes dos serviços. É este o alcance primordial da presente portaria.

2. Efectuados os estudos conducentes à melhoria da qualidade dos serviços, através do aumento da eficiência da gestão dos meios humanos e financeiros disponíveis no Centro Regional de Segurança Social de Bragança:

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, e do n.º 1, alínea c), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º Ao quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Bragança, aprovado pela Portaria n.º 289/88, de 9 de Maio, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 494/89, de 3 de Julho, 52/90, de 22 de Janeiro, 183/90, de 14 de Março, 805/91, de 12 de Agosto, 908/91, de 4 de Setembro, 1033/91, de 9 de Outubro, 735/92, de 22 de Julho, 938/92, de 26 de Setembro, 1036/92, de 6 de Novembro, e 98/93, de 28 de Janeiro, são abatidos os lugares referidos no mapa I anexo à presente portaria, de acordo com as correspondentes observações, passando o mesmo quadro, no que respeita às carreiras e categorias naquele contempladas, a ser o constante do mapa II anexo à mesma portaria desde o dia seguinte ao da sua publicação.

2.º Sem prejuízo do que dispõe o número anterior, a extinção dos lugares prevista no mapa I da presente portaria reporta-se à data da conclusão do processo de destino do pessoal identificado como disponível.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 29 de Março de 1993.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Luís Campos Vieira de Castro*, Secretário de Estado da Segurança Social.

Mapa I anexo à Portaria n.º 426/93

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal dirigente	(*)	—	Director de estabelecimento de 1.ª e 2.ª infância.	(b) 1
Pessoal técnico superior ...	(*)	Técnico superior de serviço social	Técnico superior principal	1
Pessoal docente	(*)	Docente	Educador de infância	1
Pessoal técnico-profissional	(*)	Técnico-adjunto de serviço social	Técnico-adjunto principal	1
	(*)	Auxiliar de educação	Auxiliar de educação	1

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal administrativo ...	(*)	Oficial administrativo	Primeiro-oficial	(a) (b) 11
			Segundo-oficial	12
			Terceiro-oficial	(c) 6
	(*)	Escriturário-dactilógrafo	Escriturário-dactilógrafo	(b) 4
Pessoal operário semiquali- ficado.	(*)	Jardineiro	Operário principal ou operário	1
Pessoal auxiliar	(*)	Ajudante de creche e jardim-de- -infância.	Ajudante de creche e jardim-de- -infância.	(d) 12
	(*)	Ajudante de ocupação	Ajudante de ocupação	(d) 2
	(*)	Cozinheiro	Cozinheiro	2
	(*)	Auxiliar de alimentação	Auxiliar de alimentação	(d) 7
	(*)	Costureiro	Costureiro	1
	(*)	Auxiliar de serviços gerais	Auxiliar de serviços gerais	(b) 5
	(*)	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	1
	(*)	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	(a) (e) 10
	(*)	—	Servente	(a) (d) 12

(*) A área funcional é a constante do actual quadro de pessoal.

(a) Um lugar em regime de tempo incompleto.

(b) Um lugar vago.

(c) Três lugares vagos.

(d) Dois lugares vagos.

(e) Quatro lugares vagos.

Mapa II anexo à Portaria n.º 426/93

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal dirigente	—	—	Director de estabelecimento de 1.ª e 2.ª infância.	1
Pessoal técnico superior ...	Serviço social	Técnico superior de serviço so- cial (a).	Assessor principal	3
			Assessor	3
			Técnico superior principal	(b) 4
			Técnico superior de 1.ª classe	3
			Técnico superior de 2.ª classe	4
Pessoal docente	Ensino	Docente	Professor do ensino básico ...	16
			Professor de Educação Física ...	2
			Professor de Trabalhos Manuais	3
			Educador de infância	15
			Professor de Educação Musical	1
Pessoal técnico-profissional	Serviço social	Técnico-adjunto de serviço so- cial (c)	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe	(d) 2
			Técnico-adjunto especialista ...	(d) 2
			Técnico-adjunto principal	(e) 1
	Formação de crianças	Auxiliar de educação	Auxiliar de educação	1
Pessoal administrativo ...	Administrativa	Oficial administrativo (h)	Oficial administrativo principal	33
			Primeiro-oficial	(i) 35
			Segundo-oficial	(f) 47
			Terceiro-oficial	(j) 43
	Dactilografia	Escriturário-dactilógrafo	Escriturário-dactilógrafo	3

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal operário semiqualificado.	Jardinagem	Jardineiro	Operário principal ou operário	1
	Apoio	Ajudante de creche e jardim-de-infância.	Ajudante de creche e jardim-de-infância.	2
Pessoal auxiliar	Apoio	Ajudante de ocupação	Ajudante de ocupação	(g) 5
	Alimentação	Cozinheiro	Cozinheiro principal	(b) 1
			Cozinheiro	2
	Alimentação	Auxiliar de alimentação	Auxiliar de alimentação	5
	Tarefas auxiliares	Auxiliar de serviços gerais	Auxiliar de serviços gerais	11
	Condução de viaturas ligeiras.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	3
	Vigilância, manutenção e apoio.	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	16
Limpeza	—	Servente	24	

(a) Em qualquer momento não podem existir mais de 14 lugares providos nas carreiras de técnico superior de serviço social e de técnico-adjunto de serviço social.

(b) Um lugar a extinguir quando vagar.

(c) Em qualquer momento não podem existir mais de 3 lugares providos nesta carreira.

(d) Lugar ou lugares a extinguir quando não houver trabalhadores na classe inferior com possibilidade de acesso.

(e) Lugar ou lugares a extinguir quando vagarem.

(f) 14 lugares a extinguir quando vagarem.

(g) 2 lugares a prover à medida que se extinguirem os lugares de técnico preceptor.

(h) O preenchimento dos lugares desta carreira por funcionários neles não providos apenas pode verificar-se se não der origem à existência de um número superior a 132 oficiais administrativos.

(i) 2 lugares a extinguir quando vagarem.

(j) 10 lugares a extinguir quando vagarem.

Portaria n.º 427/93

de 24 de Abril

O Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, estabelece medidas que visam a racionalização e o pleno emprego dos recursos humanos da Administração Pública, através de mecanismos de mobilidade de pessoal e de descongestionamento da função pública, a aplicar aos funcionários e agentes que sejam considerados disponíveis.

Determina o mesmo diploma as situações que poderão dar origem à identificação do pessoal disponível, nomeadamente quando se verifique a alteração dos quadros de pessoal dos serviços e organismos da Administração, em consequência do seu desajustamento qualitativo e ou quantitativo face às respectivas necessidades permanentes de serviço.

Por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em recurso de revista n.º 3241/91, foi determinada a reintegração de um trabalhador de um serviço local do Centro Regional de Segurança Social do Porto, com a categoria de segundo-oficial. Dado que a Portaria n.º 467/92, de 5 de Junho, que procedeu à alteração do quadro de pessoal daquele Centro Regional, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, não contempla um lugar para o referido trabalhador, torna-se necessário proceder à criação do mesmo.

Numa óptica de economia de meios, tendente a evitar a proliferação dos diplomas regulamentares necessários à alteração de quadros e considerando que a citada

reintegração corresponde a um ajustamento quantitativo, aproveita-se a presente portaria para proceder à referida adaptação.

Efectuados os estudos conducentes à melhoria da qualidade dos serviços, através do aumento da eficiência da gestão dos meios humanos e financeiros disponíveis no Centro Regional de Segurança do Porto, é alterado o respectivo quadro de pessoal no que respeita às carreiras de docente, técnico-adjunto de serviço social, subinspector, agente de educação familiar, tesoureiro, oficial administrativo, escriturário-dactilógrafo, auxiliar técnico administrativo, mecânico de automóveis, costureira, cozinheiro, alfaiate, costureiro, operador de lavandaria, auxiliar de serviços domésticos, motorista de pesados, ajudante de microfilmagem e auxiliar administrativo.

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do disposto no artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, o seguinte:

1.º Ao quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Porto, aprovado pela Portaria n.º 289/88, de 9 de Maio, rectificada pela declaração constante do *Diário da República*, 1.ª série, n.º 201, de 31 de Agosto de 1988, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 301/89, de 4 de Setembro, pelas Portarias n.ºs 907/89, de 17 de Outubro, 46/92, de 27 de Janeiro, 467/92, de 5 de Junho, e 907/92, de 21 de Setembro, e pelos Despachos Normativos n.ºs 206/91, de 20 de Setembro, e 239/91, de 23 de Outubro, são abatidos os lugares referidos no mapa 1